

GUARDA MUNICIPAL

# RETA FINAL



PREFEITURA DE  
**CAMARAGIBE**



**DIREITO PENAL**  
com  
*Juliano Cesar Matos*



# DIREITO PENAL



1. O princípio da legalidade, conforme estabelecido no artigo 1º do Código Penal e no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, determina que não há crime sem uma lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Esse princípio é fundamental para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das condutas consideradas criminosas e das respectivas penas.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL

2. Alfredo está guardando em seu armário uma sacola contendo quase 900 gramas de entorpecentes. A sacola está em sua casa desde 11 de janeiro de 2001. Acontece que, em 14 de abril de 2001, entra em vigor, na data de sua publicação, uma lei que pune de forma mais gravosa a prática do delito de tráfico. A polícia, no dia 15 de maio de 2001, com mandado de busca e apreensão, ingressa na casa de Alfredo e localiza as drogas. Considerando as regras a respeito da lei penal no tempo, é possível que Alfredo seja punido pela lei penal mais grave, uma vez que se trata de crime permanente, de modo que a lei mais grave pode ser aplicada enquanto não cessada a permanência.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL

3. José, com *animus necandi*, realiza disparos de arma de fogo contra Maria em 23 de maio de 2022. Ela veio a óbito dois dias depois. Tendo em vista o Código Penal brasileiro, em relação ao tempo do crime, pode-se dizer que o crime se realizou em 25 de maio de 2022, pela adoção da teoria do resultado.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

4. A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração.

(  ) Verdadeiro      (  ) Falso

# DIREITO PENAL

5. Com relação à aplicação da lei penal no tempo, considerando o entendimento jurisprudencial: Admite-se a conjugação de partes de uma lei, criando-se uma *lex tertia* a ser aplicada ao caso concreto.

(  ) Verdadeiro      (  ) Falso

# DIREITO PENAL

6. De acordo com o código penal, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Verdadeiro       Falso

# DIREITO PENAL

7. As regras gerais previstas no Código Penal não aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

Verdadeiro       Falso

# DIREITO PENAL

8. Um guarda municipal foi chamado para atender a uma situação na qual uma pessoa havia sido morta propositalmente por asfixia, conforme o laudo pericial do Instituto Médico Legal. De acordo com o Código Penal Brasileiro, nesse caso, esse crime é classificado como homicídio simples.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

9. O agente que mata uma pessoa para ocultar a prática de jogo do bicho pratica homicídio qualificado disposto no Código Penal brasileiro, já que o motivo do homicídio é assegurar a execução de outro crime.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

10. É qualificadora do crime de homicídio a circunstância de ele ter sido praticado por milícia privada a pretexto de prestação de serviços de segurança.

(  ) Verdadeiro      (  ) Falso

# DIREITO PENAL

11. De acordo com o Art. 155, § 1º, do Código Penal, a prática de furto terá a pena reduzida em um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

(  ) Verdadeiro      (  ) Falso

## DIREITO PENAL

12. Com referência aos crimes contra a vida, sabe-se que alguns são tipificações do descrito como homicídio, no artigo 121 do Código Penal, e que outros estão descritos em artigos próprios, também nesse ordenamento jurídico. Com base no conhecimento da legislação, julgue o item a seguir.

O crime de infanticídio se caracteriza pela conduta de a mãe, em estado puerperal, durante o parto ou logo após ele, matar o próprio filho.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

13. De acordo com o Código Penal Brasileiro, o crime de furto de coisa comum, detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

(  ) Verdadeiro      (  ) Falso

## DIREITO PENAL

14. Em frente ao Privê Portal de Aldeia, em Camaragibe, João com emprego de uma faca, subtraiu a bolsa de Maria, que ia passando pelo outro lado do Privê. Após, o fato, Maria foi até a Delegacia e narrou a conduta praticada por João. O Delegado instaurou o inquérito policial, indiciando João pelo feminicídio previsto no art. 121, §2º, VI do CP.

A postura do Delegado de indiciar João pelo referido crime, foi correta.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL



15. Em frente ao Privê Portal de Aldeia, em Camaragibe, João com emprego de uma faca, subtraiu a bolsa de Maria, que ia passando pelo outro lado do Privê. Após, o fato, Maria foi até a Delegacia e narrou a conduta praticada por João. O Delegado instaurou o inquérito policial, indiciando João pelo roubo qualificado previsto no art. 157, §2º, VII do CP.

A postura do Delegado de indiciar João pelo referido crime, foi correta.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL

16. Em frente ao Privê Portal de Aldeia, em Camaragibe, João com emprego de uma faca, subtraiu a bolsa de Maria, que ia passando pelo outro lado do Privê. Após, o fato, Maria foi até a Delegacia e narrou a conduta praticada por João. O Delegado instaurou o inquérito policial, indiciando João pelo roubo majorado previsto no art. 157, §2º, VII do CP.

A postura do Delegado de indiciar João pelo referido crime, foi correta.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL

17. Marcos estava caminhando pela Rua Delmiro Gouveia em Camaragibe, quando achou no calçada um celular e duas cédulas de R\$ 50,00. Ele utilizou o dinheiro para uso pessoal, e ficou com o telefone celular. Neste caso, com base no ditado popular “achado não é roubado”, a conduta de Marcos é atípica.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL

18. Margarida, alojou-se em um hotel durante um final de semana, considerando que ela não possuía recursos para efetuar o pagamento, ela pode incorrer no crime de outras fraudes, previsto no código penal, podendo ser punida com uma pena detenção, de quinze dias a dois meses, ou multa.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

19. Joaquim, ao utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento, pratica uma conduta prevista em lei como crime, possibilitando o Delegado de Polícia instaurar o inquérito policial de ofício.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

## DIREITO PENAL

20. O crime de “induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação” será qualificado se da conduta resulta morte.

(  ) Verdadeiro      (  ) Falso

## DIREITO PENAL

21. Carlos, síndico de um prédio estava no telhado conferindo alguns reparos solicitados pelos moradores. Durante a vistoria, apareceu uma criança (11 anos de idade), fantasiada de “*super homem*” afirmando que tinha poderes e que iria voar. Diante dessa situação Carlos, disse: quando for pular abra os braços e feche os olhos. No caso da criança pular, do telhado do prédio, e morrer, o síndico responderá pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio qualificado pelo resultado morte.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

22. Constitui o crime de prevaricação a conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

23. Para a caracterização do crime de concussão, é necessário que o agente público, abusando de sua autoridade, exija a vantagem indevida mediante grave ameaça à vítima.

Verdadeiro       Falso

## DIREITO PENAL

24. Em se tratando de crime de corrupção passiva, a pena aplicável ao funcionário público será aumentada em um terço se, em consequência do recebimento de vantagem ou da promessa de vantagem indevida, o funcionário retardar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

# DIREITO PENAL

25. O funcionário público que exigir vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, pratica o crime de peculato.

(        ) Verdadeiro        (        ) Falso

GUARDA MUNICIPAL

# RETA FINAL



PREFEITURA DE  
**CAMARAGIBE**



**DIREITO PENAL**  
com  
*Juliano Cesar Matos*

